

# QUEM SÃO OS BEBÊS? PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

WHO ARE THE BABIES? OUTLOOK AND POSSIBILITIES FOR  
BUILDING A CONCEPT

---

*Glacione Ribeiro da Silva Arruda<sup>1</sup>*  
*glacieduca@hotmail.com*

*Anelise Monteiro do Nascimento<sup>2</sup>*  
*anelise.ufrrj@yahoo.com.br*

---

## Resumo:

Este texto tem como objetivo apresentar uma pesquisa que buscou compreender o bebê como categoria social, numa perspectiva conceitual, através da análise da sua condição de sujeito e pessoa, tendo como referencial teórico-metodológico alguns princípios de Lacan, Winnicott, Pikler, Arendt, Foucault e Lloret. A primeira seção apresenta o bebê a partir do seu processo de subjetivação; na segunda seção, o bebê é compreendido através do tripé teórico-conceitual: desejo, liberdade e autonomia; a terceira seção

---

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação/ Duque de Caxias-RJ. Mestre em Educação (PPGEduc-UFRRJ). Orientadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias (RJ). Membro do Grupo de Pesquisa Infâncias até 10 anos (GRUPIs/ UFRRJ).

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Educação (PUC-Rio). Professora Adjunta do Departamento de Educação e Sociedade da UFRRJ, na área de Educação Infantil. Professora do Programa de Pós- Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares - PPGEduc/UFRRJ.

analisa a fronteira entre as idades e a quarta traz algumas conclusões, na busca de um conceito sobre o bebê, que indica que o bebê não é um *devenir*, um *não-ser*, ou um ente ainda *sem ser*: o bebê *é*.

**Palavras-chave:** Bebês; Conceito; Subjetivação; Idades.

---

## Abstract

This text aims to present the research that sought to understand the baby as a social category, from a conceptual perspective, through the analysis of its condition of subject and person, having as theoretical and methodological framework some principles of Lacan, Winnicott, Pikler, Arendt, Foucault and Lloret. The first section presents the baby from his subjectification process; in the second section, the baby is understood through the theoretical-conceptual tripod: desire, freedom and autonomy; The third section examines the boundary between ages and the fourth brings some conclusions in search for a concept about the baby, which indicates that the baby is not a becoming, a nonbeing, or a being not yet: the baby is.

**Keywords:** Babies; Concept; Subjectivation; Ages.

## INTRODUÇÃO

*“A história de um ser não começa aos cinco anos, nem aos dois, nem aos seis meses, mas ao nascer- e antes de nascer se assim preferir, e cada bebê é desde o começo uma pessoa, necessitando ser conhecida por alguém.”*

*Winnicott*

O que *conhecemos* sobre os bebês? Esta pergunta foi o ponto de partida para a pesquisa que apresentamos nesse artigo. Ela desdobra-se em outras questões: seria possível conhecê-los? Como conhecê-los? Conforme a epígrafe escolhida para esta introdução, *o bebê é desde o começo uma pessoa, necessitando ser conhecida por alguém*, assim lançamos esforços para apresentá-lo, na busca por uma concepção que o considere em sua situação de pessoa, na condição de ser inacabado, que altera lugar geográfico que ocupa no mundo.

A partir do pressuposto de que não existe uma origem única e absoluta do sujeito, compreendemos que nossas origens são múltiplas e sucessivas. Não constituímos nossa subjetividade em uma totalidade, nem tampouco somos seres acabados. Nos transformamos ao longo de nossas existências, por isso talvez seja tão difícil pensar em um conceito que trate do bebê que buscamos apresentar, pois o bebê é um “outro legítimo”, *uma pessoa*, no qual reside nossa origem e se perpetua o nosso inacabamento.

Uma das perspectivas para a construção de um conceito sobre os bebês fundamenta-se no reconhecimento que o bebê já existe mesmo antes de sua materialidade corporal, como afirma Winnicott. Em algumas culturas, o bebê já é sonhado e falado desde antes do seu nascimento e sua história já existe antes que ele surja como pessoa física. Assim, acredita-se que *cada bebê é desde o começo uma pessoa*. A partir dessa consideração, o objetivo desse texto é compreender a condição do bebê para que ele seja *conhecido por alguém*. Entende-se por condição um “modo de ser”; um “estado de alguém” ou uma “posição na sociedade” (HOUAISS, 2010, p. 185). Dessa forma, compreendemos como uma condição, para que conheçamos o bebê, o reconhecimento que existem fragilidades nesta ação, pois não existe um bebê fora da atualidade, fora de um contexto social, histórico, geográfico, econômico e cultural.

Este texto compreende o bebê como categoria social, a partir da sua condição de sujeito e pessoa. Entende-se por sujeito “aquele que se submete ao poder ou à vontade dos

outros; aquele que está suscetível ou passível de alguma coisa” (HOUAISS, 2010, p. 732) e por pessoa, “um ser humano, indivíduo perante a lei” (ibid, p. 597). Nessa perspectiva, o bebê, como pessoa, é um ser humano, indivíduo perante a lei que possui direitos, e como sujeito, é aquele que está suscetível e passível desses direitos.

O bebê, nas condições de sujeito e pessoa, é aquele que, apesar de estar suscetível e passível de alguém ou alguma coisa, é também um ser humano autônomo, que tem suas vontades, suas escolhas, seus desejos e que possui direitos, entre eles, direito à liberdade. A partir dessa constatação, o primeiro conceito que nos ajuda a conhecer e apresentar o bebê, é o conceito de liberdade, que nessa pesquisa, a partir do contato com o referencial teórico, se desdobrou em outros dois: desejo e autonomia. Nesse sentido, apresentamos nessa investigação uma concepção de bebê como um indivíduo de desejo, liberdade e autonomia. São esses três elementos que nos ajudam a compor um tripé conceitual para compreender o bebê como sujeito e pessoa e sobre eles que trataremos nesse artigo. Nossa argumentação está organizada em quatro seções. A primeira seção apresenta o bebê a partir do seu processo de subjetivação; na segunda seção, o bebê é compreendido através do tripé teórico-conceitual: desejo, liberdade e autonomia; a terceira seção analisa a fronteira entre as idades do bebê e da criança e a quarta traz algumas conclusões, na busca de um conceito sobre o bebê.

## **O BEBÊ E SUA CONDIÇÃO: O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO**

Ao nascer, o bebê inaugura o mundo, traz novidade e inicia algo novo, através da ação. A ação é vista por Arendt (2008) como “a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade” (p. 17). Uma das condições para conhecermos o bebê como pessoa é através da ação. A ação do bebê inflete e transgredir os tempos, espaços e lugares

e desestabiliza algo que já estava posto ou pré-concebido. Essa tensão, entre o mundo que já existe e este que é inaugurado a partir do nascimento, legitima a ação do bebê, tornando-o autônomo e livre em suas atividades iniciais. A descoberta do mundo, pelo bebê, através da ação, estabelece uma relação primária dele com seu corpo, ou seja, com ele mesmo, com a figura materna ou de um cuidador, com o ambiente e os objetos. Nessa relação, preconizamos o respeito à liberdade, ao desejo e à autonomia do bebê como condição necessária para a criação e manutenção de vínculos saudáveis.

Hannah Arendt (2008) traz a ação como a atividade que mais se relaciona com a condição humana da natalidade. Nesse viés, o desejo, a liberdade e a autonomia também são considerados condições humanas, isto é, são requisitos para “ser” humano. A condição do bebê enquanto sujeito se constitui a partir da sua relação de dependência com o “outro” adulto, com quem, desde o nascimento, constrói vínculos e estabelece uma relação alteritária e responsiva, e a partir da sua sujeição às leis e códigos prescritos. Segundo Arendt (2002), essa condição de sujeição pode ser entendida a partir do conceito de natalidade. A natalidade não é algo meramente biológico. Na verdade, a natalidade é um segundo nascimento, pois, assim como o biológico- que nascer significa a chegada do recém-nascido enquanto ser único na Terra- a natalidade da condição humana é a capacidade que o homem possui de aparecer na esfera pública através da ação, podendo criar algo inovador que pode mudar o curso de toda a vida humana. Nesse sentido, a natalidade deixa de ser uma categoria natural e passa a ter uma implicação política a partir do momento em que o homem se insere no mundo.

A condição do bebê enquanto pessoa é estabelecida a partir da ação como condição humana (Arendt, 2008), que o leva em busca da descoberta do mundo, na sua relação com ele mesmo, com os outros, com os objetos e seu ambiente, constituindo seu processo de subjetivação.

Embora reconhecamos que os processos de maternidade são distintos, a literatura consultada põe grande força na figura materna sobre os processos de criação da subjetividade do bebê. Campos (2007) afirma que a relação da mãe com seu próprio corpo, durante a gravidez, será fundamental para a constituição da subjetividade do bebê. O vínculo entre mãe e filho se estabelece desde o instante da concepção, e a futura mãe atribui ao seu filho um corpo imaginário, diferente do que é o feto no plano fisiológico da realidade, ou seja, ele já é desejado por um outro e inserido em um contexto “simbólico, real e imaginário” (PARAVIDINI, ROCHA, PERFEITO, CAMPOS, DIAS, 2008, p. 205), no qual o bebê se constituirá a partir destes campos entrelaçados, onde as marcas inconscientes e os fantasmas do campo imaginário do outro haverão de formar as mediações possíveis para inserção deste bebê no mundo simbólico. Mas, para além desta múltipla articulação, haverá também uma parte que caberá a um “si mesmo”, e que é singular ao bebê.

No conceito do “outro” se situam as “coordenadas simbólicas que presidem e possibilitam o surgimento de um sujeito” (FERNANDES, 2000, p. 27). Estas coordenadas referem-se à linguagem, às leis, à cultura, aos valores, à história familiar atual e a de seus antepassados, todo o universo linguístico e desejos presentes no “outro”. Um outro encarnado também na figura de um pai, mãe, avó, instituição ou outro qualquer responsável pelo advento do sujeito “a ser”.

Foucault (1926-1984), compreende a subjetivação como uma escolha estética e política, por meio da qual se acolhe um determinado tipo de existência. Dessa forma, “os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas (...)” (MANSANO, 2009, p. 114)

Segundo Konicheckis (2018), as origens do sujeito se situam, primeiramente, em seu exterior, através dos desejos que lhe deram nascimento, bem como as transmissões

transgeracionais que lhe possibilitam sentimentos de identidade e, ao mesmo tempo, existem no exterior de sua pessoa. Em suma, o sujeito começa sua existência a partir de um lugar onde ele ainda não é sujeito. Para o psicanalista, “o processo de subjetivação dá conta da instauração de uma subjetividade a partir desse ainda-não-sujeito” (p. 75), e consiste em assimilar o que restaria de fora da experiência pessoal. Assim, o processo de subjetivação busca estabelecer “um sentimento fantasmático e sensorial de continuidade no existir nesse tempo onde, continuamente, se produzem descontinuidades” (ibid).

Sobre esse tema, Lacan (1985) formulou duas operações constituintes do sujeito a partir do “outro”: a *alienação* e a *separação*, as quais são inseparáveis e se dão em tempos lógicos, os quais independem da cronologia e estão em dependência lógica de uma relação com um “outro”.

No que se refere especificamente à subjetividade do bebê, no estágio inicial, o bebê é totalmente dependente de um outro que o ampare e cuide dele para que possa sobreviver e é neste tempo original do encontro com o outro que “adivirão as primeiras experiências de satisfação, pondo em marchas as primeiras inscrições psíquicas” (FERNANDES, 2000, p.53). Neste primeiro encontro com o outro, este haverá que se constituir em um outro absoluto do sujeito onde o bebê deverá alienar-se, sendo esta a condição essencial para a existência dele. No tempo lógico da *alienação*, o bebê é enunciado por um outro e está alienado no desejo deste outro primordial. Os desejos parentais que são dirigidos ao bebê estão num campo narcísico, os quais advém do próprio passado e das relações edípicas parentais e antecipam para o bebê uma aposta, um voto em relação ao futuro, que é um futuro antecipado daquilo que este bebê haverá de ser (JERUSALINSKY, 2002).

Na operação de *separação*, ocorre um confronto do sujeito alienado com o outro, e “consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito” (FINK,

1998, p.73). Nesta posição, o bebê entende que não é o único objeto de desejo do outro, mas que o desejo deste se constitui para além dele, ou seja, é um desejo de algo mais. Dessa forma, o desejo do bebê será em direção para aquele desejo do outro, que está para além do próprio bebê. Sendo assim, haverá sempre uma busca contínua de algo faltante (desejo) no processo de subjetivação ao longo da existência de um sujeito.

Numa perspectiva lacaniana, pensando no agente materno como esse “outro”, Jerusalinsky (2002) destaca:

é a partir das sanções simbólicas do agente materno que se imprimem os ritmos de funcionamento de funções orgânicas de um bebê. É por meio da alternância entre fome-saciedade, sono-vigília, repouso-atividade, que o funcionamento pulsional do bebê se organiza de acordo com a letra impressa em seu corpo pelo gozo e desejo materno (p. 157).

A partir da alternância citada acima, e no jogo da presença-ausência, que se cria um objeto de outro modo, ou seja, uma representação simbólica de algo que já não está mais presente, mas que já existiu em uma situação outrora vivida com elementos erogoneizados na relação com o outro.

Ainda em relação ao agente materno e sua função, Paravidini, Rocha, Perfeito, Campos e Dias (2008) apresentam quatro operações fundamentais que deverão se constituir para o advento do sujeito no bebê, sendo que todas elas devem estar articuladas num mesmo movimento, no campo da dialética do desejo materno e também vinculadas a um diferencial que é próprio do bebê. São elas:

a demanda da mãe em relação à criança, inscrevendo-a no campo da linguagem e oferecendo a ela objetos de dom, amor; a suposição da existência de um sujeito em um processo de antecipação; a alternância entre presença-ausência e um espaço para a alteridade, um espaço para o bebê surgir com aquilo que é dele próprio (Jerusalinsky, 2002 apud PARAVIDINI et al, 2008, p. 208).

Uma grande contribuição para pensarmos em um conceito próprio para o bebê, vem do trabalho de Winnicott (1896-1971). O autor reelaborou alguns conceitos da Psicanálise Clássica e trouxe a ideia de um bebê ativo, dotado de capacidades interativas que lhe propiciam condições de exercer um papel ativo desde suas primeiras interações com o mundo.

O bebê funda sua subjetividade a partir de experiências corporais suscetíveis de abrigar e tornar possível o experimento das pulsões. Segundo Konicheckis (2008), Winnicott revela essa importância ao estabelecer que o processo de personalização, face positiva do processo de despersonalização, implica o estabelecimento de laços entre a psique e o corpo, pois as experiências sensoriais e corporais do bebê ganham vida em torno dos cuidados a ele dedicados, nos quais o bebê, objeto do investimento de seus familiares, ao ser oferecido ao outro, se arrisca a sentir seu corpo como estrangeiro a si mesmo. Dessa forma, “toda problemática da subjetivação consiste em se apropriar das sensações corporais possíveis de serem provadas como exteriores quando desses compartilhamentos sensoriais” (p. 76).

Outra questão é que todo processo de subjetivação implica o paradoxo de ter origens exteriores a si, mas também compartilhadas com objetos do mundo ambiental. Segundo Konicheckis (2008), Winnicott ressalta a importância da experiência pessoal no existir. Nessa experiência, “prevalece a ilusão temporária de uma indiferenciação entre o externo e o interno, o fora e o dentro” (p. 76). O processo de subjetivação no bebê se efetiva, então, pela aceitação e apropriação de suas experiências sensoriais compartilhadas com *ele mesmo*, com os *adultos* e demais *objetos* do seu ambiente.

Ao problematizar o papel do bebê no processo de acesso à subjetivação, como aceitação e apropriação de suas experiências com *ele mesmo* e com os *adultos*, Saboia (2006) recorre à obra winnicottiana pelo fato de Winnicott (1969) oferecer uma nova via para compreender o *tempo primitivo do*

*psiquismo*. Segundo a autora, Winnicott (1988) não considera a fundação de um inconsciente primitivo, mas sim a existência de um núcleo narcísico primário, nomeado como *self*, e que se constituiria por intermédio de um jogo de economia de força com o próprio ambiente. Winnicott também considera que o estado de *ser*, como um estado que antecede ao *eu sou*, seria a primeira manifestação da natureza humana; algo que precederia as referências das marcas instauradas a partir do jogo de interação entre mãe e bebê. É possível pensar que esse estado poderia estar correlacionado ao que é potencialmente herdado, de forma que, na presença de um ambiente suficientemente bom, o bebê poderia dar forma à constituição do seu *self*, acedendo ao campo da subjetivação. Prevaleceria, então, a ideia de que o bebê se constituiria subjetivamente a partir da interação, do encontro com o outro. É nesse sentido que Winnicott indica que entre o estado de *não-ser* e o estado de *ser* haveria um estado de *transição*, um campo intermediário; uma área que seria caracterizada pelas marcas desse encontro inicial entre mãe e bebê; um momento em que supomos que ambos contribuiriam de forma ativa na dinâmica do processo de maturação afetiva do bebê. Segundo Saboia (2006):

é pelo viés da correlação entre a noção do *estado de ser* e do *estado de não-ser*, entendido como um estado de continuidade de ser, *going on being*, que podemos supor uma nova leitura na intervenção precoce, uma vez que a clínica das psicopatologias da infância obriga-nos a pensar nesse tempo primitivo do psiquismo (p. 189-190, grifo da autora).

Ainda sobre esse tempo primitivo do psiquismo, Fontes (2017) versa sobre uma afirmação de Winnicott, em um texto de 1956, sobre a preocupação materno-primária: “A construção inicial do ego é silenciosa” (WINNICOTT, 2000, p. 403). Segundo a autora, a construção do ego corporal é condição para que se dê um *nascimento psíquico*. A partir de Mahler (1977), a autora também afirma que “o nascimento biológico e o nascimento psíquico não coincidem no tempo. O primeiro

tem data precisa e o segundo é um lento desabrochar, a partir das experiências corporais vividas pelo bebê” (Mahler, 1977, p. 15 apud FONTES, 2017, p. 65). Fontes também afirma que os processos corporais estão em ação desde a etapa da dependência absoluta, levando à construção de um primeiro senso de existir, e traz o conceito de “gestação psíquica” (p. 31), da psicanalista francesa G. Haag<sup>3</sup> (1986), como uma necessidade de um aprofundamento do estudo das primeiras etapas de formação do ego corporal.

No início do processo de formação do ego corporal, existe a construção de uma *simbolização primária* que começa pelo corpo. As “angústias impensáveis” (FONTES, 2017, p. 63), como diria Winnicott, de *liquefação, explosão e queda sem fim* vão precisar de um corpo que as contenha. Há a necessidade de se sentir envelopado, de início pelo corpo da mãe e depois, entre outros fatos, pela sensação de tubos digestivos que garantam uma continuidade interna. Uma experiência corporal que garanta a continuidade de existir é condição necessária no enfrentamento da direção *eu/ não eu*.

Fontes (2017) enumera uma lista de aspectos corporais para o surgimento de uma *substância psíquica*: os ritmos de vaivém, do olho no olho, do bico do peito na boca, da voz melodiosa da mãe, fornecendo uma estrutura do primeiro continente (a noção de “dobra”, segundo Haag, 1977 apud FONTES, 2017, p. 63), o suporte costas-nuca-cabeça, as junções intracorporais (unir as duas metades do corpo em torno da coluna vertebral), a noção do esqueleto interno, a experiência tátil, tendo na pele o primeiro momento de processo reflexivo (o dentro e o fora).

Dessa forma, o esboço de *eu* ganha uma nova configuração e a percepção de um ego corporal se instala. O ego corporal contém os elementos corporais, ensinando ao ego psíquico a conter sentimentos e pensamentos. Com a experiência

<sup>3</sup> HAAG, G. Hypothèse sur la structure rythmique du premier contenant. Toulouse, 2, 1986, p. 45-51.

corporal de continência, o bebê se sente um recipiente com interiores e a discriminação *eu/não eu* se efetiva. Está colocada, então, a condição para surgir a *simbolização primária*. Tendo vivido a experiência de ser contido e de conter, o bebê vai fazer analogias, de forma cada vez mais frequente, entre sua experiência de continência e as partes de seu corpo que equivalem a isso. Dessa forma, o interesse do bebê se amplia para novas simbolizações, mais desenvolvidas, denominada como “*simbolização secundária*” (FONTES, 2017, p. 64).

Após problematizar o processo de subjetivação do bebê a partir de suas experiências sensoriais compartilhadas com *ele mesmo* e com os *adultos*, vamos versar sobre esse processo a partir dos *objetos* do seu ambiente.

Winnicott (1975a) enfatiza que o movimento de distinguir o que é de fora e o que é de dentro só poderia acontecer graças à capacidade de criar e de imaginar do bebê. Mesmo que para isso seja necessário, primeiramente, que a mãe apresente o objeto ao bebê. Dessa maneira, dizemos que o movimento que o bebê faz para alcançar (*reach out*) o objeto apresentado pela mãe configuraria a constatação da importância da agressividade como elemento fundador e primordial, responsável por levar o bebê a lançar-se na direção da exploração do mundo. Assim, “essa relação com o objeto que determinaria a forma como o bebê vai aceder ao campo da subjetivação” (SABOIA, 2006, p. 192).

No entanto, Winnicott (1975a) enfatiza que antes de estar apto a fazer uso do objeto (*object-usage*) de maneira rica e criativa, o bebê primeiramente aprende a relacionar-se com o objeto (*object-relating*). Esse modo mais primitivo estaria associado ao primeiro espaço potencial, nomeado *playground*, que compreende então um jogo primitivo, estabelecido entre mãe-bebê. Assim, a partir da existência desse espaço de troca, é que um outro espaço, o *espaço transicional*, pode revelar-se como um lugar onde o bebê pode circular pelo campo do simbólico, o que engloba a sua capacidade de brincar (*playing*). Saboia (2006) apoia-se nessa perspectiva para problematizar o

conceito de “continuar sendo” (*going on being*) e faz referência aos estudos sobre a conceitualização da *intersubjetividade*. “O próprio termo *inter* sugere a ideia de relação e de comunicação, enquanto *subjetividade* oferece-nos a imagem daquilo que pertence ao próprio sujeito, ao intuitivo, e àquilo que lhe é mais próprio e íntimo” (p. 192).

Golse (2007) afirma que a intersubjetividade consiste num processo de diferenciação extrapsíquica que corresponderia a um movimento gradual, por parte do bebê, de sair de um estado de simbiose original para um segundo estado, que lhe daria a consciência de separação, de reconhecer que dois não faz um. Esse movimento inscreve-se, então, na perspectiva de um processo dinâmico; o que significa levar em conta que o bebê poderia, por sua vez, participar de maneira ativa nesse processo.

Saboia (2006) aponta que os estudos contemporâneos revelam que a criança, desde os estágios mais precoces da sua vida, já se comunica, e, portanto, já emite mensagens por meio de seu corpo. Nessas circunstâncias, a autora destaca a importância da existência da *agressividade* versus *criatividade*, pois seria graças à existência desses elementos que o bebê, desde o início, lança-se no mundo, a fim de decodificar essas mensagens emitidas pela figura materna. A autora acentua ainda que o ato de explorar engloba o fato do bebê *transformar* as mensagens enviadas pelo ambiente. Desse modo, uma vez transformadas, elas serão emitidas com marcas próprias e genuínas do bebê, fazendo jus a todo seu potencial criativo. Assim, importa levar em conta que nesse jogo inicial do *playground* estabelecido entre a dupla mãe e bebê, a criança expressa suas vivências nos níveis corporal, auditivo e sensitivo.

Winnicott (1975b) afirma que “desde o nascimento, portanto, o ser humano está envolvido com o problema da relação entre aquilo que é objetivamente percebido e aquilo que é subjetivamente concebido, e, na solução desse problema, não existe saúde para o ser humano que não tenha sido iniciado suficientemente bem” (p. 26). Desta forma, poderíamos dizer

que a *mãe suficientemente boa* e o *ambiente suficientemente bom*, conceitos chaves na obra de Winnicott (1983, 1988, 2012), são condições favoráveis para o desenvolvimento físico e psíquico do bebê, e estão relacionados aos *vínculos* que se estabelecem nos cuidados corporais de uma mãe ou de outro cuidador, na higiene e na alimentação, por exemplo, com continuidades, num ambiente responsivo.

Mattos (2018), na tese “*Bebês e livros: relação, sutileza, reciprocidade e vínculo*”, apresenta o *bebê*, através do diálogo com a Filosofia Antropológica de Martin Buber e com a Psicologia e Psicanálise de Donald W. Winnicott. A autora aponta, a partir de Buber, que “o Eu, não passa de uma abstração. Ele só é na relação” (Zuben, 2003, p. 17 apud MATTOS, 2018, p. 83) e apresenta, através da obra de Winnicott (1975, 1983, 1990, 2000, 2011, 2012, 2014), a importância do par mãe-bebê para uma vida *de e para* a relação, na qual compreende-se que “o processo de se constituir um ser na relação é lento, exige calma no olhar para aquilo de que o bebê necessita e precisa para avançar, sutilmente, no seu processo de amadurecimento” (MATTOS, 2018, p. 83). De acordo com Winnicott (2012, 2014), a autora compreende que o primeiro passo para que se instaure um *estado de relação* é tomar a dependência como premissa, sendo necessário levar em consideração o impacto da total dependência do bebê em relação à mãe e, dessa, em relação ao ambiente que a circunda, para que possa lhe dar apoio no cuidado ao bebê e, conseqüentemente, no seu processo de amadurecimento. Para Mattos (2018), *ir ao encontro e identificar-se* parece sustentar a trajetória da relação que se inicia entre o adulto e o bebê que acabou de chegar. “Reconhecer o fato da dependência” (Winnicott, p. 2012, p. 74 apud *ibid*), portanto, parece ser a tarefa primeira do encontro, indicando o que o outro – o bebê – precisa e que, no início, gira em torno da total manutenção de seu bem-estar físico e corporal, tais como alimentação, sono, vacinas, entre outros. Na provisão dessas necessidades primeiras, as ações dos adultos vão dando contorno ao bebê.

Através do trabalho de Mattos (2018), podemos compreender que “os cuidados e apoio maternos são seminais nas primeiras experiências do bebê” (p. 84) e que, a *mãe suficientemente boa* e o *ambiente suficientemente bom*, conceitos formulados por Winnicott, podem ser considerados *apoio e sustento*, que dão *contorno* às experiências do bebê que, paulatinamente, se integra ao espaço que é marcado por suas próprias experiências. Ou seja, a *mãe suficientemente boa* e o *ambiente suficientemente bom*, conceitos apresentados nesta seção, podem ser entendidos como *condições* que não se dão para o bebê desconsiderando suas próprias manifestações.

A *condição* para um conhecimento sobre o bebê é desenvolvida neste texto a partir de uma compreensão sobre seu processo de subjetivação. No entanto, compreende-se que este processo nem sempre ocorre nas mesmas condições para todos os bebês, sendo este influenciado por questões sociais, históricas, culturais e econômicas. Assim como o termo “mãe”, usado pelos estudos psicanalíticos, pode ser relativizado a partir de um “outro” adulto que preencha as necessidades básicas do bebê a partir do nascimento: um pai, uma avó, um avô, um(a) educador(a) de uma creche ou abrigo, entre outros.

A próxima seção versa sobre o tripé teórico-conceitual: *desejo, liberdade e autonomia*, num diálogo sobre a “condição humana”, através da Filosofia, com Hannah Arendt; a relação do bebê com o mundo, através dos conceitos psicanalíticos de Winnicott; e os princípios de cuidado e atendimento aos bebês construídos pela pediatra Emmi Pikler.

## O BEBÊ: SUJEITO DE DESEJO, LIBERDADE E AUTONOMIA

O processo de subjetivação do bebê, descrito na seção anterior, compreende a *alienação* e a *separação* (Lacan, 1985); e as experiências sensoriais compartilhadas pelo bebê com *ele mesmo*, com os *adultos* e demais *objetos* do seu ambiente (Winnicott, 1969, 1975, 1983, 1988, 2000, 2012, 2014), nos

quais ocorre uma *ação* potente e responsiva do bebê que o lança em direção à exploração do mundo. Nesse movimento de encontro com o mundo que se apresenta ao seu alcance, a *ação* do bebê é determinante para estabelecer *vínculos* entre ele, os outros, os objetos e o ambiente.

Hannah Arendt (1906-1975), na obra “A condição humana”, de 1958, considera o *labor*, o *trabalho* e a *ação* como atividades fundamentais que justificam a existência humana, porém, a *ação* é a que mais se relaciona com a condição humana da natalidade.

Não obstante, das três atividades, a *ação* é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de *ação* e, portanto, de natalidade. Além disto, como a *ação* é atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico (ARENDRT, 2008, p.17).

A *ação* é vista por Arendt como uma *condição* da vida humana. Uma das condições para conhecermos o bebê como pessoa é através da *ação*. A descoberta do mundo, pelo bebê, através da *ação*, estabelece uma relação primária dele com seu corpo, ou seja, com *ele mesmo*, e com a *figura materna* ou de um cuidador. Se a mãe ou outro cuidador aceitar, por exemplo, as manifestações do bebê - como a fome, o desconforto, o prazer e a vontade -, em vez de impor o que acredita ser o certo, o bebê vai acumulando experiências, e o *self* que se forma pode então ser considerado *verdadeiro*. Porém o *self* construído em torno da vontade alheia é o que Winnicott (1983, 1990, 2011b, 2012a) chama de *falso* e que priva o indivíduo de *liberdade* e de *criatividade*.

Outro aspecto nessa relação do bebê com seu mundo é o vínculo que ele estabelece com seu *ambiente*. Winnicott (2011b) defende a idéia de que um *ambiente suficientemente bom* favorece ao bebê a experiência de *existir*. Dessa forma, torna-se importante “um contexto em que cada criança encontre gradualmente a si mesma (*seu self*) e ao mundo, e uma relação operativa entre ela e o mundo” (WINNICOTT, 2011b, p. 118, grifo nosso).

O bebê também se relaciona com os *objetos* que compõe esse ambiente, e tem a *liberdade* de escolha, satisfazendo assim o seu *desejo* primordial de forma temporária, no qual atribui um significado ao objeto escolhido. Esta atividade psíquica é uma atividade de *simbolização* que cria o chamado *objeto transicional*. Este termo é utilizado por Winnicott (1975, 1983, 1990, 2011b, 2012a) para designar “a área intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho, ou seja, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado” (WINNICOTT, 1975, p. 14).

Nesse mundo não realístico para o adulto, mas projetado pelo bebê, há uma transição de objetos, que circulam e ganham significados a partir do *desejo* do bebê de *ser* e *estar* no mundo. O sentido dado ao objeto revela uma construção psíquica do bebê na ação de *desejar* algo e projetá-lo a partir daquilo que está ao seu alcance. Um pano, por vezes, pode substituir o seio da mãe, assim como o polegar.

Essas experiências da relação do bebê com o mundo revela-nos o bebê como um sujeito de *desejo*, *liberdade* e *autonomia*, que constrói vínculos com os adultos, com o ambiente e os objetos.

Outra grande inspiração para a construção deste trabalho são os estudos de Emmi Pikler (Falk, 1997, 2010, 2011, 2016; Pikler, 2010; Tardos e Szanto-Feder, 2011; David, Appell, 2012; Mello e Singulani, 2014; Szanto-Feder, 2014; Tardos, 2014; Chokler, 2015, 2017; Gruss e Rosemberg, 2016; Herrán, 2018; Kálló e Balog, 2017; Soares,

2017; Chanin e Tardos, 2018) que durante mais de trinta anos foi diretora de Lóczy, uma instituição localizada na Hungria construída para o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas pela guerra na faixa etária de 0 a 3 anos, e que hoje recebe o nome de Instituto Pikler. Formada em medicina e licenciada em pediatria em Viena na década de 1920, Pikler postulou conceitos importantes sobre o desenvolvimento motor de bebês, associado a aspectos sociais, afetivos e cognitivos. Os quatro princípios que norteiam a Abordagem Pikler são: a valorização do *vínculo* entre o cuidador (e/ou mãe) e o bebê; o reconhecimento e o respeito à *individualidade* dos bebês; a promoção da *autonomia* através da *liberdade* de movimentos, do brincar livre; e o *respeito* ao tempo e espaço necessário ao desenvolvimento saudável.

Para Pikler (2010), *liberdade* motora significa permitir à criança, em qualquer idade, que descubra, prove, experimente, exercite e que mantenha ou abandone, ao longo do tempo, todas as formas de movimento que lhe ocorram durante sua atividade autônoma. A *autonomia*, como a atividade sustentada e um primeiro sentimento de competência, são inerentes a essa liberdade assim definida e tem uma inegável influência sobre o desenvolvimento da personalidade infantil em seu conjunto. O tempo dedicado aos cuidados, principalmente aqueles relacionados às atividades de atenção pessoal, como os momentos de alimentação, higiene e sono, representam o melhor momento para um encontro privilegiado e a melhor forma para se construir e aprofundar um *vínculo* afetivo. Se considerarmos o bebê como um ser competente e com potencial para se relacionar desde o nascimento, e não um ser passivo, apto apenas para receber o que o adulto oferece, é essencial estabelecermos, desde o início, uma relação de confiança, de colaboração e de *respeito* ao ritmo e a *individualidade* de cada bebê.

(...) a um bebê ou uma criança pequena se havia de examinar ou aplicar mesmo o tratamento mais desagradável, sem fazê-la chorar e tocando-a com

gestos delicados, com compaixão, considerando que nas mãos se tinha uma criança com vida, sensível e receptiva (FALK, 2011, p. 17).

Hannah Arendt (1906-1975) e Emmi Pikler (1902-1984), foram contemporâneas e seus princípios foram delineados a partir das ruínas de uma Europa nazista. Apesar de suas origens distintas, ambas experienciaram o luto e a dor de uma guerra sectária. A partir do olhar de Arendt, sobre a condição humana, e de Pikler, sobre o atendimento aos bebês, será desenvolvido o tripé teórico-conceitual desejo-liberdade-autonomia.

## DESEJO

O *desejo*, como princípio dirigente da ação humana, constituinte da autonomia e da liberdade, é uma tensão em direção a um fim, é aquilo que leva a um “mover-se”. Para o bebê, enquanto sujeito desejante, uma fonte de satisfação. É uma tendência algumas vezes consciente, inconsciente ou reprimida. Por vezes, o desejo pressupõe carência, indigência. Um ser que não carecesse de nada não desejaria nada, seria um ser perfeito, um Deus. Por isso, Platão e os filósofos cristãos tomam o desejo como uma característica de seres finitos e imperfeitos. O desejo é um tipo de sentimento. Isso significa que ele faz parte do bebê, na medida em que ele faz parte do mundo, pois é uma atitude mental em relação ao mundo, aos objetos e pessoas. A faculdade de desejar emerge da natureza como possibilidade de ordenamento subjetivo da própria natureza. O desejo para o bebê também tem um cunho natural e biológico, servindo para a tranquilidade do corpo, através da proteção, do colo, da alimentação e do sono.

Para Pikler, “todo ato desejado e executado ativamente pelo sujeito tem para este consequências imediatas e a longo prazo muito mais enriquecedoras que os atos impostos e

suportados” (TARDOS; SZANTO-FEDER, 2011, p. 40). O desejo impulsiona o bebê para a descoberta do mundo, direcionando suas escolhas, e se expressa através do corpo, nos diferentes movimentos, no choro, no sorriso, no olhar, no engatinhar e no andar. O desejo impulsiona a *atividade autônoma*, pois “(...) a atividade autônoma, escolhida e realizada pela criança- atividade originada de seu próprio *desejo*- é uma necessidade fundamental do ser humano desde seu nascimento” (ibid, p. 52, grifo nosso).

Segundo Paravidini, Rocha, Perfeito, Campos e Dias (2008), o lugar de alguém está sempre no desejo do desejo de um outro, a partir da diferença sexual, das identificações e das leis, mas tudo isto também vinculado a um contexto social e cultural. Dentro desta concepção psicanalítica, há que existir um mínimo de *triangulação* (circulação potencializadora) para que haja sujeito desejante, ou seja, “um bebê sempre articulado a um *outro* primordial que não se fecha a este bebê numa posição de gozo, mas que este outro (agente materno) tenha em si a função paterna articulada para que abra espaço ao devir deste bebê” (PARAVIDINI et al, 2008, p. 208).

Segundo Golse (apud Szanto-Feder, 2014), em nossas sociedades regidas pelo *chrónos*, as crianças pequenas correm o sério risco de tornarem-se prisioneiras do *desejo* de antecipação do (s) *outro* (s) (adultos) e de suas atitudes exigentes de eficácia e rapidez que se concretizam pelas relações de poder frente às crianças.

(...) renunciar a este poder supõe uma verdadeira confiança na criança, em seus ritmos de desenvolvimento (do qual depende a harmonia de suas aquisições), nos benefícios da liberdade de movimento e no fato de que com uma expectativa tranquila por parte dos adultos, as diferentes aprendizagens acontecem no tempo certo sem que seja preciso acelerá-las de maneira equivocada (Golse apud Szanto-Feder, 2014, p. 15-16, tradução de MELLO e SINGULANI, 2014, p. 893-894).

## LIBERDADE

O bebê, enquanto sujeito de *liberdade*, constituído pelo desejo, ação e autonomia, tem o direito de exercer seu desejo e tem livre acesso ao conjunto de direitos reconhecidos ao indivíduo, isoladamente ou em grupo, em face da autoridade política, perante o Estado e dentro dos limites que lhe faculta a lei.

Para Arendt (2002), a *liberdade* é o sentido da política. A política se baseia na pluralidade dos homens, pois é no convívio entre homens que surge a política, onde cada ser humano é único, no entanto devem possuir a igualdade de direitos, por isso que na condição humana, a ação representa igualdade e pluralidade. Mas isto só ocorre onde há liberdade. A liberdade é o fator essencial da política, e da possibilidade do homem poder começar algo novo por meio do nascimento. Portanto, o homem não nasce político, ele se torna político quando há as condições necessárias para isto. Ao olhar para a política e para as políticas, nos remetemos a Arendt, que ao defender a ideia de que a política é baseada na liberdade, na capacidade de agir e iniciar algo novo, também argumenta que, em diversos momentos histórico-políticos, a política aparece como forma determinística. Sobre isto ela diz:

Contra a possível determinação e distinguibilidade do futuro está o fato de o mundo se renovar a cada dia por meio do nascimento e, pela espontaneidade dos recém-chegados, está sempre se comprometendo com um novo imprevisível. Só quando os recém-nascidos são privados de sua espontaneidade, de seu direito a começar algo novo, o curso do mundo pode ser determinado e previsto, de maneira determinística (ARENDDT, 2002, p. 22).

A liberdade também encontra o seu significado no reconhecimento de uma faculdade humana de não sujeição a qualquer poder exterior, seja ele imposto por um semelhante, ou então pelos sistemas natural-mecânicos.

O bebê é aquele capaz de “mover-se em *liberdade*” (Pikler, 2010, grifo nosso), regido pelo princípio do desejo e da autonomia. O bebê, ser livre, é capaz de se autodeterminar por leis não objetivas, sendo, portanto, dotado de autonomia. Logo, o centro da liberdade é a autonomia.

Segundo os princípios piklerianos, nos intervalos entre uma e outra atenção individual, os bebês devem ser deixados livres em um ambiente organizado para “provocar sua atividade” (MELLO e SINGULANI, 2014, p. 891). Tardos e Szanto-Feder (2011) afirmam que a liberdade de movimentos significa, para o bebê, a possibilidade, nas condições materiais adequadas, de descobrir, de experimentar, de aperfeiçoar e de viver, a cada fase de seu desenvolvimento, suas posturas e movimentos. Para isso, eles precisam de “um espaço adaptado aos seus movimentos, de roupa que não atrapalhe, de um chão sólido e de brinquedos que o motivem” (p. 48).

A liberdade, assim como a autonomia, é análoga à espontaneidade, baseia-se na capacidade que o homem possui de agir, de “iniciar algo novo” (ARENDT, 2008, p.17). O verbo agir, no grego clássico, “*archein*” significa começar e dominar, e no latim, “*agere*” significa pôr alguma coisa em andamento, desencadear um processo.

A liberdade começa pelo desejo e se configura plenamente na tentativa de realizá-lo através da ação. O bebê se move em liberdade na ação. Tanto o desejo como a liberdade encontram abrigo na autonomia.

## AUTONOMIA

A *autonomia*, lugar privilegiado para o desejo e para a liberdade, é uma propriedade do ser enquanto agente desejante, e corresponde, portanto, à referida capacidade humana de governar a vida em si mesma pela ordem do desejo (autogovernar).

Para o bebê, a autonomia diz respeito ao fato deste estar aberto ao mundo, sendo sujeito de *ação*, atividade que justifica a existência humana (Arendt, 2008), e não apenas de reação; sensível, seguro de si e cheio de iniciativas, capaz de pensar com sua própria lógica, inserido em um contexto onde ele “possa ser”. A autonomia não corresponde a uma habilidade, mas está ligada a uma introjeção, ou seja, para o bebê, se configura a partir de uma proximidade intersubjetiva, entre a interação e a interiorização. O bebê tem a capacidade de dosar seus esforços interiores, através de sua própria “responsabilidade”. Ele aprende autonomamente a observar, a agir, a utilizar seu corpo da forma que melhor lhe satisfaça, a prever o resultado de sua ação; aprende também a sentir os limites das suas possibilidades, e a modificar seus movimentos e seus atos em liberdade.

Tardos e Szanto-Feder (2011) afirmam que “a imagem do recém-nascido é teimosamente fixa” (p. 40), pois ainda é considerado como alguém que teremos que ensinar tudo ou, pelo menos, alguém a quem teremos de fazer exercitar suas capacidades segundo nos pareça importante para seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, “não se dá suficiente importância às suas atividades, nem às suas descobertas *autônomas*. Muitas vezes, involuntariamente, e muitas vezes, com bons argumentos, o adulto impede que a criança atue fora dos momentos concretos que ele –adulto- tenha previsto” (p. 41, grifo nosso).

Falk (2011) ressalta que, para o desenvolvimento da independência e da autonomia do bebê, é necessário, além da relação de segurança, que ela tenha a experiência de competência pelos seus atos independentes.

A intervenção do adulto, ensinando ou simplesmente interferindo nos movimentos e nos jogos do bebê, não apenas perturba a situação de independência, substituindo o interesse do bebê por seus próprios objetivos, como também aumenta artificialmente a dependência da criança; enquanto que a atitude

de respeito à *autonomia* coloca, em lugar de um comportamento possessivo e autocrático dos pais, o fundamento de um sistema de relações pais-filhos em que ambos se consideram e confiam mutuamente (FALK, 2011, p. 35-36, grifo nosso).

Na relação adulto-bebê, a autonomia pode ser compreendida como o processo entre “eu faço junto” e “eu faço sozinho”. Isso quer dizer que o bebê não pode ficar abandonado à própria sorte, mas que o adulto deve estar sempre por perto, onde ele e a criança estarão sempre num “raio de escuta e visão mútuas” (David; Appell, 2012, p. 26, tradução de MELLO e SINGULANI, 2014, p. 892). No entanto, a *autonomia* não é um fim em si mesma. Ela só adquire um autêntico valor se a independência no momento do “eu faço sozinho” constituir “um privilégio ao qual a criança dê uma grande importância” (FALK, 2010, p. 19, tradução nossa).

Mello e Singulani (2014) denominam como “*pseudoautonomia*” uma autonomia muitas vezes anunciada que exige que, mesmo antes do tempo, a criança pequena se responsabilize por cuidados de seu corpo que favorecem os adultos, mas não são percebidas pela criança como conquistas, a qual, segundo as autoras, resulta de uma ideia de abandono e que pode promover “insegurança e mal-estar nas crianças” (p. 891).

Em relação à atividade independente do bebê, Pikler (2010) ressalta que os adultos não devem colocar o bebê numa posição na qual ele não seja capaz, autonomamente, de alcançar e sair dela, da qual não seja capaz de mover-se com *autonomia*. Segundo a pediatra, essa atitude não significa indiferença por parte do adulto, pois, através dela, ele acompanha e deixa claro para o bebê que observa e valoriza seu domínio de um novo movimento.

A atividade *autônoma* é uma necessidade, desde a mais tenra idade (Szanto-Feder, 2014). Descobrir o mundo, a partir do *desejo* e da *liberdade*, constitui o centro da vida cotidiana de um bebê, na qual “a motricidade em liberdade e um ambiente

rico e adequado que corresponda ao nível dessa atividade são duas condições *sine qua non* da satisfação dessa necessidade” (TARDOS; SZANTO-FEDER, 2011. p. 52).

## O BEBÊ E A FRONTEIRA ENTRE AS IDADES

O que é um bebê? É ser pequeno? É ter uma idade? A questão da fronteira entre as idades é algo que tem marcado os textos políticos e dividido os estudos nas diferentes áreas que estudam a infância. Nesta seção, iremos dialogar com a Filosofia, Antropologia e Sociologia da Infância, na tentativa de compreender o bebê como alguém que está inserido numa etapa da vida, que tem um corte etário possível, e de que forma a idade pode prescrever concepções e comportamentos, atendendo a certos interesses econômicos e políticos, através de legislações, programas e demais políticas. Para uma melhor compreensão do conceito *idade*, segue o verbete abaixo:

\*\*\*

IDADE- 1. o tempo de vida decorrido desde o nascimento até uma determinada data 2. duração total da vida 3. época; tempo 4. período marcado por fato ou descoberta importante; ou por um grau de evolução; era 5. período histórico ou pré-histórico<sup>4</sup>

\*\*\*

A idade diz respeito à vida. Através de fronteiras temporais que são estabelecidas, a idade inscreve os indivíduos em grupos, a partir de modelos socialmente sancionados. Ela estabelece limites temporais à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso.

O trabalho de Nascimento e Motta (2013) sobre *ser criança, ser adulto* e a *dinâmica das idades*, apresenta uma pesquisa que diz respeito ao que dizem as crianças sobre o ser criança e como elas se posicionam socialmente diante disso, na

<sup>4</sup> Houaiss (2010:416)

qual é revelada aspectos sobre a condição infantil e a própria percepção temporal, que é específica e não necessariamente linear e cronológica. As autoras trazem alguns estudos da infância, através da Sociologia (Sarmiento, 2008; Sirota, 2005), Antropologia (Delalande, 2010) e Filosofia (Lloret, 1998), que dialogam com a questão da fronteira entre as idades.

Para Sarmiento (2008), o conceito de geração ajuda a pensar a infância como grupo social que provoca, produz e faz parte de uma estrutura mais ampla, na qual os indivíduos de diferentes idade, sexo, etnia, nacionalidade e pertencimento se encontram. Sirota (2005) aponta uma indeterminação das fronteiras das idades: “É importante lembrar que não estamos mais num esquema vertical ou horizontal, mas num quebra-cabeça de formas de referência, dentro do qual se constrói a experiência social da criança” (p. 6 apud NASCIMENTO e MOTTA, 2013, p. 218). Dessa forma, ainda que as fronteiras sejam flutuantes, a idade das crianças parece um indicativo da cultura de pares que se constrói, sobretudo, por meio da socialização horizontal.

Delalande (2010), investigando como as crianças e os adolescentes veem as idades, parte do princípio de que aqueles que passam pelas idades são capazes de dizer o que determina o pertencimento a cada faixa etária e a um grupo de idade, de forma consciente, em alteridade com outros grupos.

Lloret (1998) argumenta que a idade constitui um elemento de diferenciação entre as crianças. “Ter uma idade é uma forma de pertença existencial” (p. 13 apud NASCIMENTO e MOTTA, 2013, p. 222). Para a autora, dois movimentos cercam a relação com as idades: de um lado, nós temos uma idade, na medida em que esses anos são nossos e os assumimos como uma pertença existencial, pois o tempo é uma propriedade cronológica individual; mas, de outro, são os anos que nos têm, “mais do que ter uma idade, pertencemos a uma idade” (p. 14 apud *ibid*). Assim, são os anos que nos fazem bebês, crianças, jovens, adultos ou velhos, situando-nos como um grupo socialmente definido- “a idade

não é tua nem minha, é a idade do outro que, ao ser-nos dada, nos possui” (p. 15 apud *ibid*). Para a autora, a maneira de dizer e pensar a idade muda o sentido da pertença temporal e configura uma imagem complementar de nossa existência. A fronteira estabelecida pela idade, juntamente com as fronteiras culturais, legislativas ou administrativas, nos situa uns e outros em grupos socialmente definidos, pois:

Pertencer a um grupo de idade significa ter que adequar-se a uma normativa bastante precisa: em cada idade, podemos ou não fazer, devemos (como se viver fosse uma dívida) fazer uma série de coisas e, sobretudo, temos de levar muito em conta os possíveis desvios com relação aos modelos socialmente sancionados (LLORET, 1998, p. 15).

Nessa perspectiva, a idade pode ser vista como um “dispositivo” (Foucault, 1979) de controle social, como forma de ordenamento das populações, atendendo a certos interesses econômicos e políticos, através de legislações, programas e demais políticas.

No que diz respeito a fronteira entre as idades nos estudos sobre os bebês, tendo a Antropologia e a Sociologia como campo de conhecimento, destacamos os trabalhos de Gottlieb (2009, 2012), e, Tebet (2013), Tebet e Abramowicz (2013, 2014), respectivamente.

Apesar de não tratar diretamente da questão da fronteira entre as idades, o trabalho de Gottlieb (2009, 2012) contribui para uma reflexão sobre a ausência dos bebês nos estudos antropológicos, a partir das limitações postas a partir da idade, e para uma problematização sobre a concepção de bebê, construída a partir dos padrões ocidentais. Segundo a autora, os bebês são vistos como um “não-sujeito, ocupando um espaço negativo, quase impenetrável para o olhar antropológico” (GOTTLIEB, 2009, p. 314). A autora apresenta seis razões para a exclusão dos bebês das discussões antropológicas: as memórias e o *status* parental do próprio antropólogo, a questão problemática da agência dos bebês e

sua suposta dependência de outras pessoas, suas rotinas ligadas às mulheres, sua aparente incapacidade de comunicação, sua propensão inconveniente a vazar através de vários orifícios e seu aparente baixo grau de racionalidade.

Outra contribuição importante de Gottlieb foi sua pesquisa realizada em 1993, a partir dos bebês, com os *Beng*, um povo nômade do Oeste da África. Contrariando a forma pela qual os bebês são vistos em nosso mundo ocidental industrializado, a autora relata que seu principal objetivo na pesquisa foi desafiar a suposição de que “um bebê padrão existe, de alguma forma, fora da cultura” (GOTTLIEB, 2012, p. 21), haja visto os manuais e livros de autoajuda sobre os bebês.

Os trabalhos de Tebet (2013) e Tebet e Abramowicz (2013, 2014) trazem para o debate um movimento que visa inserir nas pesquisas sobre bebês as contribuições dos Estudos da Infância. A partir de um diálogo com os principais autores da Sociologia da Infância de língua inglesa, as autoras evidenciam a inadequação do uso de alguns conceitos consagrados na Sociologia da Infância, quando utilizados para o estudo de bebês –tais como “geração” e “cultura de pares”. A partir de tais reflexões, as autoras destacam que “*bebês* não são *crianças* e não podem ser estudados a partir dos mesmos conceitos e metodologias” (TEBET e ABRAMOWICZ, 2013, p.11, grifo das autoras). As autoras ressaltam a necessidade de constituir teoricamente o bebê no interior dos Estudos da Infância, como uma categoria analítica independente, como forma de reconhecer sua especificidade na tessitura social, ultrapassando a fase de extensão conceitual e inaugurando a fase de reconstrução teórica.

A partir das ideias apresentadas, sobretudo por Jenks (2005) e Prout (2005, 2010), as autoras construíram a noção de que “os bebês podem ser compreendidos como seres pré-individuais, imersos em uma condição de metaestabilidade onde tudo escapa. Onde tudo é potência e nada está dado” (TEBET e ABRAMOWICZ, 2013, p.11). Os bebês são, deste modo, concebidos como devires, seres singulares, que habitam

um tempo-espaco complexo e caótico, do ponto de vista dos adultos- que é momento anterior à infância.

Em sua tese, num diálogo com as distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa, Tebet (2013) definiu o bebê conceitualmente a partir do pensamento de autores pós-estruturais, sendo compreendido, ao mesmo tempo, como *singularidade e diferença, imanência e transgressão*.

Na construção de um campo analítico e conceitual, Tebet e Abramowicz (2013) reconhecem os bebês como seres pré-individuais, pois ainda não assimilam as regras e restrições sociais num plano de organização, estando “imersos num plano de imanência e de possibilidades” (p. 8).

Sobre a fronteira entre as idades, as autoras ressaltam que não há uma data para deixar de ser bebê, assim como não há um ritual de passagem da condição do bebê para a condição de criança, na verdade, o que existem são “processos de individuação que ocorrem por meio das inúmeras redes que os bebês constroem com os seres humanos e não humanos ao seu redor e cabe ao pesquisador cartografar, traçar estas linhas” (TEBET e ABRAMOWICZ, 2013, p. 11).

A partir deste breve diálogo com alguns estudos da Filosofia (Lloret, 1998; Foucault, 1979), da Antropologia (Delalande, 2010; Gottlieb, 2009; 2012), e da Sociologia da Infância (Sarmiento, 2008; Sirota, 2005; Tebet, 2013; Tebet e Abramowicz, 2013; 2014), podemos compreender a *idade*, como algo que impõe ao bebê certas *condições*, dentro de sua cultura, influenciando assim o atendimento e as políticas destinadas a eles. Por outro lado, a idade caracteriza certas concepções sobre o atendimento oferecido aos bebês, através de um viés evolutivo e temporal, e torna-se um “dispositivo” de controle sobre esses sujeitos através de normas, legislações e demais políticas, ou seja, a idade, através de suas fronteiras, inscreve o bebê num modelo preconcebido, influenciado pela cultura, através de uma classe social, gênero, entre outros, que é contrário a sua singularidade, revelada através do seu desejo, da sua autonomia e da sua liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem é o bebê? Buscou-se conhecer o *bebê* como categoria social, através da análise da sua *condição* de sujeito e pessoa, a partir do processo de subjetivação. Compreendeu-se que no estágio inicial da vida, o bebê é totalmente dependente de um “outro” que o ampare e cuide dele para que possa sobreviver. É neste tempo original do encontro com o outro, com ele mesmo, com os objetos e seu ambiente, que advirão as primeiras experiências de satisfação, após o nascimento, pondo em marcha as primeiras inscrições psíquicas, nas quais ocorre uma ação potente e responsiva do bebê, através do seu desejo, da sua liberdade e da sua autonomia, que o lança em direção a exploração do mundo. Nesse movimento de encontro com o mundo que se apresenta ao seu alcance, a ação, como condição humana, é determinante para estabelecer vínculos entre o bebê, os outros, os objetos e o ambiente. No entanto, cabe ressaltar, que não existe um bebê *uno*, fora de um contexto histórico, cultural, social e econômico, e que o processo de subjetivação não é linear e similar a todos os bebês, mas é diretamente influenciado pelo contexto no qual o bebê se insere. Ao pensar no “outro”, essencial ao bebê nos primeiros minutos de vida, não podemos limitá-lo a uma figura feminina e/ou materna, mas sim a um “outro” que atenda suas necessidades, representado na figura de um pai, avó, avô, cuidador (a), entre outros.

Mas, afinal, quem é o bebê? Nós, os adultos, jamais seremos capazes de adentrar o mundo dos bebês. Não os conhecemos, não sabemos seus desejos, o que lhes agrada e o que lhes aborrece, mas tentamos decifrar o que enunciam através de seus corpos, gestos, olhares, e, principalmente, através dos seus silêncios, onde tudo é potência. Ao interpretá-los, somos levados para além dos nossos modelos verbais, e, ensaisticamente, aprendemos a ouvir também nossos não ditos.

O *bebê* pode ser compreendido como um sujeito desejante, livre e autônomo, que chega potencialmente ao

mundo, infletindo e transgredindo os tempos, espaços e lugares. O bebê não é um devir, um não-ser, ou um ente ainda sem ser. Ele é e está no mundo; se relaciona alteritariamente, estabelecendo vínculos afetivos, ou seja, estando disponível para o outro. Cabe a nós, os adultos, cartografar seus trajetos e afetos, e interpretar o que enunciam através de seus corpos, gestos, olhares, dos ditos e não ditos. Olhar para as políticas, para a educação, para as leis, programas e propostas, enfim, para a vida, a partir dos bebês, é pensar com outra lógica, que desestabiliza nosso racionalismo ocidental, e nos leva a um desapego de ideias, conhecimentos e concepções.

Para não concluir, seguimos na tentativa de um conceito, e, para tal, incluímos o verbete *bebê*, através de um olhar alteritário sobre esse *sujeito*; sobre essa *pessoa*.

\*\*\*

BEBÊ- aquele que potencialmente chega ao mundo, infletindo e transgredindo os tempos, espaços e lugares, para o qual dirigimos o olhar, mas que conduz sua visão para o mundo com desejo, liberdade e autonomia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMPOS, Sônia Cury da Silva. A imagem corporal e a constituição do eu. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 29, n. 54, p. 63-70, Set, 2007.

CHANIN, Elsa; TARDOS, Anna. **Em Manos Amorosas**. Budapeste: Xlibris, 2018.

CHOKLER, Myrtha. **La aventura dialógica de la infancia**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cinco, 2017.

CHOKLER, Myrtha. **Acerca de La Práctica Psicomotriz de Bernard Aucouturier**. Lima: Centauro, 2015.

DAVID, Myriam; APPELL, Geneviève. **Lóczy, una insólita atención personal**. Barcelona: Octaedro, 2012.

DELALANDE, Julie. Comment des enfants et des adolescents voient-ils les âges de la vie? **Revue Le Télémaque**, n. 37, maio, 2010.

FALK, Judit; VINCZE, Mária. El desarrollo del control de esfínteres y el interés del niño pequeño hacia las funciones corporales. In: HERRÁN, Elena. **Claves de la educación Pikler-Lóczy**. Budapest: Asociación Pikler-Lóczy de Hungría, 2018.

FALK, Judit. **Abordagem Pikler, educação infantil**. São Paulo: Omnisciência, 2016.

FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2011.

FALK, Judit. **Lóczy, educación infantil**. Barcelona: Octaedro-Rosa Sensat, 2010.

FALK, Judit. **Mirar al niño La Escala de Desarrollo Instituto Pikler (Lóczy)**. Buenos Aires: Ariana, 1997.

FERNANDES, Lia Ribeiro. **O olhar do engano: Autismo e o outro primordial**. São Paulo: Escuta, 2000.

FINK, Bruce. **O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FONTES, Ivanise. **A descoberta de si mesmo: na visão da psicanálise do sensível**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOLSE, Bernard. **O ser-bebê** (trad. Margarida Cabral Fernandes). Lisboa: Climepsi, 2007.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, 2009. GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa além da vida: a cultura dos recém-nascidos no oeste da África**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2012.

GRUSS, Liliana; ROSEMBERG, Francis. **Bebês em movimento: el desarrollo postural em imágenes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Continente, 2016.

HAAG, Geneviève. **Hypothèse sur la structure rythmique du premier contenant**. Toulouse, 2, 1986.

HERRÁN, Elena. **Claves de la educación Pikler-Lóczy**. Budapest: Asociación Pikler-Lóczy de Hungria, 2018.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JENKS, Chris. Childhood and Transgression. In: QVORTRUP, J. **Studies in modern childhood**. Palgrave: MacMillan, 2005. p. 115-127.

JERUSALINSKY, Julieta. **Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês**. Salvador: Ágalma, 2002.

KÁLLÓ, Éva; BALOG, Györgyi. **As origens do brincar livre**. São Paulo: Omnisciência, 2017.

KONICHECKIS, Alberto. Subjetivação e sensorialidade: os embriões do sentido (tradução de Antônio Romane). In: ARAGÃO, Regina Orth de; ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. **Continuidade e Descontinuidade no processo de subjetivação do bebê**. São Paulo: Escuta, 2018.

LACAN, Jacques-Marie Émile. **O seminário-** Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, Jorge. LARA, Núbia Perez de. **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAHLER, Margaret. **O nascimento psicológico da criança:** simbiose e individuação. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, 8(2). 2009, p. 110-117.

MATTOS, Maria Nazareth de Souza Salutto de. **Bebês e livros:** relação, sutileza, reciprocidade e vínculo. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

MELLO, Suely Amaral; SINGULANI, Renata Aparecida Dezo. A abordagem Pikler-Loczy e a perspectiva histórico-cultural: a criança pequenininha como sujeito nas relações. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 879-900, set/dez, 2014.

NASCIMENTO, Anelise; MOTTA, Flávia Miller Naethe. “Ô tia, ele me chamou de bebê, eu já tenho cinco anos”: a dinâmica das idades. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. **Educação Infantil:** formação e responsabilidade. Campinas: Papirus, 2013.

PARAVIDINI, João Luiz Leitão; ROCHA, Tiago Humberto Rodrigues; PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva; CAMPOS, Adriana Fayad; DIAS, Andréa Gonçalves. Nascimento psíquico e contemporaneidade: implicações metapsicológicas nos modos de estruturação subjetiva. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, Vol. VIII, nº 1, p. 195-224, Mar, 2008.

PIKLER, Emmi. **Moverse em libertad:** desarrollo de La motricidad global. Madrid: Narcea, 2010.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez, 2010.

PROUT, Alan. **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children.** London, New York: Routledge Falmer, 2005.

SABOIA, Camila. O papel do bebê no processo de acesso à subjetivação. **Estilos da Clínica**, USP, São Paulo, 2006, Vol. XI, nº 21, p. 186-195.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (orgs.). **Estudos da Infância:** Educação e Práticas Sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SIROTA, Régine. **Sociologie de l'enfance:** Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation. Paris: Nathan, 2005.

SOARES, Suzana Macedo. **Vínculo, movimento e autonomia:** educação até 3 anos. São Paulo: Omnisciência, 2017.

SZANTO-FEDER, Agnès. **Una mirada adulta sobre el niño en acción:** el sentido del movimiento en la protoinfancia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cinco, 2014.

TARDOS, Anna. **El adulto y el juego del niño.** Barcelona: Octaedro, 2014.

TARDOS, Anna; Szanto-Feder, Agnés. O que é autonomia na primeira infância? FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos:** a experiência de Lóczy. Araraquara: Junqueira&Marin, 2011.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Isto não é uma criança!** Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da sociologia da infância de língua inglesa. 2013. Tese (Doutorado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos; ABRAMOWICZ, Anete. O bebê interroga a Sociologia da Infância. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 43-61, jan./abr. 2014.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos; ABRAMOWICZ, Anete. Constituindo o bebê como um conceito teórico no interior da Sociologia da Infância. **36ª Reunião Nacional da ANPED**. Goiânia, 2013.

WINNICOTT, Donald W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

WINNICOTT, Donald W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

WINNICOTT, Donald W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

WINNICOTT, Donald W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

WINNICOTT, Donald W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, Donald W. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, Donald W. Agressivité, culpabilité et réparation (trad. B. Bost, p. 89-98). In: WINNICOTT, Donald W. **Conversations ordinaires**. Paris: Gallimard, 1988a.

WINNICOTT, Donald W. **La nature humain.** (B.Weil, trad.). Paris: Gallimard, 1988b.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação.** Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **Jeu et réalité:** L'espace potentiel. (trad. C. Monod & J.-B Pontalis). Paris: Gallimard, 1975a.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade** (trad. Jefferson Luiz Camargo). Rio de Janeiro: Imago, 1975b.

WINNICOTT, Donald W. Le développement affectif primaire. In: WINNICOTT, Donald W. **De la pédiatrique à la psychanalyse.** (trad. J. Kalmanovitch, p. 57-71). Paris: Payot, 1969.

ZUBEN, Newton Aquiles von. **Martin Buber:** cumplicidade e diálogo. São Paulo: EDUSC, 2003.

